

Guilherme Corona Rodrigues Lima

# **Direito Administrativo Sancionador e a Função Social da Empresa**

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2025

# Sumario

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. O Fenômeno da Corrupção e o Panorama de Responsabilidades no Direito Brasileiro .....</b>	<b>3</b>
2.1 Concepção jurídica do termo corrupção.....	4
2.2. A necessidade de um microsistema legislativo de combate à corrupção no Brasil.....	11
2.3. A importância dos microsistemas legislativos e o microsistema de combate à corrupção brasileiro .....	12
2.4. O microsistema legislativo brasileiro de combate à corrupção: fundamentos constitucionais .....	16
2.5. O microsistema legislativo brasileiro de combate à corrupção e a responsabilização das pessoas jurídicas.....	24
2.6. O desafio do non bis in idem .....	29
2.7. Conclusões parciais.....	34
<b>3. O Princípio da Função Social da Empresa .....</b>	<b>37</b>
3.1. Gênese do direito de propriedade e sua função social.....	37
3.2. A evolução da função social da propriedade imobiliária para a função social mobiliária: a função social da empresa.....	41
3.3. A função social da empresa no direito brasileiro .....	45
3.4. A função social da empresa e seus reflexos no direito administrativo sancionador .....	51

<b>4. O Direito Comparado e a Lei Federal nº 12.846/2013 .....</b>	<b>53</b>
4.1. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) .....	53
4.2. UK Bribery Act (UKBA) 2010.....	57
4.3. A Lei Federal Brasileira nº 12.846/13.....	60
4.3.1. Antecedente histórico .....	60
4.3.2. Considerações iniciais acerca da Lei Federal 12.846/13 .....	63
4.4. Conclusões parciais .....	82
<b>5. A Necessidade de Combate à Corrupção e de Preservação da Atividade Empresarial: Uma Compatibilização Necessária.....</b>	<b>85</b>
5.1. Considerações iniciais .....	85
5.2. O princípio da preservação da atividade empresarial .....	87
5.3. A Constituição Federal, o código civil e a lei 11.101/05 como parâmetros de preservação da atividade empresarial para a lei anticorrupção.....	90
5.4. O poder de polícia estatal .....	98
5.5. A tarefa do direito administrativo e em especial do direito administrativo sancionador .....	102
<b>6. Efeitos do Princípio da Função Social da Empresa na Aplicação de Sanções.....</b>	<b>121</b>
6.1 O princípio da função social da empresa como princípio do direito administrativo sancionador .....	121
6.2. A função da sanção administrativa .....	124
6.3. O aperfeiçoamento dos acordos administrativos.....	124
6.4. A dosimetria das sanções pecuniárias e o programa de integridade como alternativa .....	136

6.5. A racionalização das medidas de indisponibilidade de bens .....	143
6.6. A lei nº 14.230/21 E a positivação do princípio da preservação da empresa na lei nº 8.429/92 .....	146
6.7. A desapropriação de quotas sociais como medida de atendimento ao interesse público na preservação da empresa ....	148
6.8. Conclusões parciais .....	155
<b>7. Conclusão.....</b>	<b>159</b>
<b>8. Referências.....</b>	<b>169</b>